

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de 8.000 (oito mil) cestas básicas, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), através de seus equipamentos CRAS e CREAS, nos termos da memória de cálculo anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS			
ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO
1	8000	und	Cesta básica composta dos seguintes gêneros alimentícios: achocolatado em pó 33% menos açúcar 400 g (1), açúcar refinado kg (2), arroz agulhinha tipo 1 5kg (1), biscoito tipo maisena 350g (1), feijão preto tipo 1 1kg (2), pó de café tradicional 500g (2), óleo de soja 900 ml (1), farinha de mandioca tipo 1 1kg (1), fubá kg (1), leite em pó integral 400g (2), macarrão tipo espaguete, massa de sêmola, nº 8 500 g (2), molho de tomate tradicional embalagem 340g (3), Salsicha Tipo Viena 280g (2), sal refinado pacote 1kg (1), Biscoito Cream cracker agua e sal 360g (1), sabonete em barra 90g (3), Xarope de guaraná litro (1) e Papel higiênico pacote c/ 4 rolos folha simples (2), água sanitária litro (1), Creme dental sem flúor de 70g(3), desinfetante liquido para uso geral 500 ml (1), detergente neutro 500 ml (3)
DETALHAMENTO DE PREÇOS			
1	1	pct	Achocolatado em pó 33% menos açúcar- embalagem 400 g
2	2	kg	Açúcar refinado
3	1	und	Arroz agulhinha tipo 1, embalagem com 5kg
4	1	und	Biscoito tipo maizena - embalagem 350 g
5	1	pct	Biscoito Cream cracker água e sal - embalagem 360g
6	2	kg	Feijão preto tipo 1, pacote c/ 1 kg
7	2	und	Pó de café tradicional, pacote c/ 500 g
8	1	und	Óleo de soja, embalagem c/ 900ml
9	1	kg	Farinha de mandioca tipo 1, embalagem c/ 1kg
10	1	kg	Fubá, embalagem de 1kg

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SASDH - RASDA
Processo Nº 12773/23
Folha Nº 173

11	2	pct	Leite em pó integral - 400 g
12	2	und	Macarrão tipo espaguete massa de sêmola nº 8, embalagem de 500g
13	3	und	Molho de tomate tradicional - embalagem 340 g
14	1	kg	Sal refinado, pacote de 1 kg
15	2	und	Salsicha, tipo Viena, embalagem de 280g
16	1	und	Xarope de guaraná - 1 lt
17	3	und	Sabonete em barra, 90 g
18	1	lt	Água sanitária 1L
19	3	und	Creme dental sem flúor, tubo de 70g
20	1	und	Desinfetante líquido para uso geral - embalagem 500 ml
21	3	und	Detergente neutro - embalagem 500 ml
22	2	pct	Papel higiênico, pacote c/ 4 rolos folham simples

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser formalizado nos termos de contrato, podendo a entrega ser realizada de forma parcelada.

O objeto licitado deverá ser fornecido no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, no horário de 8:30hs às 16hs, através de remessa parcelada, conforme cronograma físico-financeiro com entregas a serem acordadas entre a contratada e a contratante, na sede da secretaria ou “in loco”, quando assim determinado e previamente avisado, de acordo com a demanda dos equipamentos da SASDH.

Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade (mínimo de 03 meses), correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação dos fornecimentos dos produtos.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão

acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de 8.000 (oito mil) cestas básicas para distribuição gratuita através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em seus equipamentos públicos CRAS e CREAS, em atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar durante o ano corrente.

A Cesta básica deverá ser composta dos seguintes gêneros alimentícios: achocolatado em pó 33% menos açúcar 400g (1), açúcar refinado kg (2), arroz agulhinha tipo 1 5kg (1), biscoito tipo maisena 350g (1), feijão preto tipo 1 1kg (2), pó de café tradicional 500g (2), óleo de soja 900ml (1), farinha de mandioca tipo 1 1kg (1), fubá kg (1), leite em pó integral 400g (2), macarrão tipo espaguete, massa de sêmola, nº 8 500g (2), molho de tomate tradicional embalagem 340 g (3), Salsicha Tipo Viena 280g (2), sal refinado pacote 1kg (1), Biscoito Cream cracker água e sal 360g (1), sabonete em barra 90g (3), Xarope de guaraná litro (1) e Papel higiênico pacote c/ 4 rolos folha simples (2), água sanitária litro (1), Creme dental sem flúor de 70g (3), desinfetante líquido para uso geral 500 ml (1), detergente neutro 500 ml (3).

A Assistência Social como Política Pública é organizada nos municípios levando em consideração a adoção de um conjunto de medidas que possibilitem afiançar direitos previstos em lei. Assim, visa o enfrentamento da pobreza, a proteção à família restabelecendo vínculos familiares, a garantia dos mínimos sociais e corrobora com o que preconiza a Constituição Federal de 1988 nas garantias de direitos individuais e coletivos. Também responsabiliza o Estado no sentido de garantir o atendimento ao cidadão.

Logo, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, responsável por ofertar no município de São Pedro da Aldeia/RJ o atendimento de Proteção Social Básica e Especial, segundo a LOAS (Lei nº 8.742 de 07/12/093), vem solicitar a aquisição de Cestas Básicas, produto este que diz respeito aos benefícios eventuais de caráter suplementar e provisório e que devem ser destinados as famílias e indivíduos em vulnerabilidade social e insegurança alimentar. A concessão das mesmas será em caráter emergencial para quem tem fome, e por qualquer adversidade não pode buscar seu sustento, e nem de sua família, pois, muitas são as variáveis que levam à necessidade do requerimento ao referido benefício eventual.

Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art.22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº12. 435, de 6 de julho de 2011, pela Lei Municipal 2.657/2016 em seu artigo 26 e pela Resolução Municipal nº 12/15. E juntamente com a prestação dos Serviços Socioassistenciais ofertados pelos CRAS e CREAS, integram as garantias orgânicas do SUAS com fundamentação nos princípios de Cidadania e Direitos Sociais e Humanos.

Tem-se também demanda por provisão de alimentos em casos advindos de determinação judicial e essa Secretaria pode incorrer nas penas da Lei por omissão de atendimento aos mínimos sociais.

Para isso, torna-se imprescindível a aquisição de alguns gêneros alimentícios para atendimento emergencial afixando a segurança alimentar, condição *sine qua non* a sobrevivência humana.

Acredita-se que a adoção de tal medida minimizará os problemas ora apresentados e irá compor a oferta obrigatória dos serviços cabíveis a pasta em tela.

Quanto ao Termo de Referência (TR), é importante relevar que o mesmo foi elaborado após um estudo de viabilidade e razoabilidade, conduzido por meio do estudo técnico preliminar. Esse estudo considerou variáveis como disponibilidade de fornecedores, características dos produtos, demandas variáveis (equipamentos da SASDH) e recursos disponíveis, assegurando a viabilidade e eficácia da contratação.

Dessa forma, a presente contratação visa atender às necessidades imediatas, a fim de, garantir a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade, evitando a fome e a desnutrição, também garantir a conformidade com normativas vigentes, a adequação às demandas crescentes e a oferta de produtos que promovam a saúde e o bem-estar dos usuários. A cesta básica é um produto que diz respeito aos benefícios eventuais de caráter suplementar e provisório e que devem ser destinados às famílias e indivíduos em vulnerabilidade social e insegurança alimentar, conforme preconizado pelos objetivos institucionais e normas aplicáveis.

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PAC 2023 e 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima são materiais necessários para atendimento, garantia de direito e continuidade da oferta dos benefícios eventuais nos equipamentos da SASDH às famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar, uma vez que, a importância das cestas básicas nos equipamentos desta Secretaria é substancial, e essa relevância é apoiada pelo art.22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei nº12. 435, de 6 de julho de 2011, pela Lei Municipal 2.657/2016 em seu artigo 26 e pela Resolução Municipal nº 12/15.

Portanto, garantir a segurança alimentar das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, é uma responsabilidade fundamental das políticas públicas, incluindo aquelas lideradas pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Quanto ao ciclo de vida dos produtos, será exigida que a entrega siga o prazo de validade mínima, a fim de assegurar a qualidade do mesmo.

Não há necessidade de contratação correlata do produto em questão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para todos os itens:

A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

Para o presente objeto será necessária apresentação de comprovação de atestado de capacidade técnica pela empresa participante da licitação, a fim de comprovação de aptidão da mesma.

A contratada obriga-se:

- Efetuar a troca dos produtos que não se encontrarem em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- O dever previsto no subitem 5.1 implica na obrigação de, a critério da SASDH, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com baixa qualidade e data de validade vencida;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da SASDH, inerentes ao objeto da presente licitação.
- Comunicar à SASDH no prazo máximo de 4 (quatro) dias que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

A contratante obriga-se a:

- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;
- Efetuar o pagamento no prazo previsto;

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão Eletrônico e julgamento por menor preço por item.

A aquisição deve conter as normas de sustentabilidade.

SASDH - PMSPA
Processo Nº 12773/23
Folha Nº 177
Rubrica: km

Das entregas

O objeto licitado deverá ser fornecido no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, no horário de 8:30hs às 16hs, através de remessa parcelada, conforme cronograma físico-financeiro com entregas a serem acordadas entre a contratada e a contratante, na sede da secretaria ou “in loco”, quando assim determinado e previamente avisado, de acordo com a demanda dos equipamentos da SASDH.

Com entregas a serem acordadas entre a contratada e a contratante, nos equipamentos desta secretaria conforme Estudo Técnico Preliminar de forma parcelada, quando assim determinado e previamente avisado, de acordo com a demanda dos equipamentos abaixo mencionados.

Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade (mínimo de 03 meses), correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação dos fornecimentos dos produtos.

As cestas deverão ser montadas com todos os itens constantes do pedido inicial, devidamente acondicionadas em embalagem plástica reforçada transparente, medindo 50cmx80cmx1,20cm, atóxica, adequada. Ressaltamos que os produtos de higiene deverão ser embalados separadamente dos itens alimentícios.

Os itens que compõem a cesta básica deverão ser julgados em lotes; esses lotes deverão conter TODOS os itens solicitados no pedido inicial, de forma que nenhum deles fique sem cotação.

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Por se tratar de fornecimento de gêneros alimentícios, não será necessária subcontratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, de forma

parcelada, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela SASDH. Com entregas a serem acordadas entre a contratada e a contratante, na sede da Secretaria ou “in loco”, quando assim determinado e previamente avisado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (4) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A(s) entrega(s) deverá (ão) ser realizada(s) no(s) endereço(s) indicado(s), de segunda-feira à sexta-feira das 8:30h às 16:00h.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	End.: Rua Hermógenes Freire da Costa, Nº19, Centro - São Pedro da Aldeia/RJ - CEP: 28.940.000

EQUIPAMENTO	ENDEREÇO
CREAS	Av. Getúlio Vargas, s/nº - Centro – em frente a Capela Mortuária Municipal
CRAS Alecrim	Rua Alfazema nº 5 –Bairro Alecrim
CRAS Balneário das Conchas	Rua Nicanor Pereira dos Santos s/nº - Bairro Balneário das Conchas
CRAS Morro do Milagre	Rua Iracy dos Santos nº 7 –Bairro Morro do Milagre
CRAS São João	Rua Timóteo Duarte, 165 A, Q3, LT 12 – Bairro Parque Estoril
CRAS Porto da Aldeia	Av. Saputiaba nº 51 – Bairro Porto da Aldeia
CRAS Rua do Fogo	Rua Projetada C Lote 11 Qd. D. Lot. Flamboyant – Bairro Rua do Fogo

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (4) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

Proc nº:	12773/93
Fls:	139
Rubrica:	gsm

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

5.11. A quantidade mínima a ser pedida por entrega será de 30 (trinta) cestas básicas.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados na sede da SASDH, na dispensa (localizada na cozinha) e/ou em local adequado nos equipamentos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica.

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO pelo sistema de Registro de Preços, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme Estudo Técnico Preliminar.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 2.060.000,00 (dois milhões e sessenta mil reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos Programa de Trabalho: 08.244.050.2.447, Elemento de Despesa: 3.3.90.32.99.00, Ficha: 1077

São Pedro da Aldeia, 02 de abril de 2024.



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SACDH - PMSPA
Processo Nº 12773/23
Folha Nº 183
Rubrica dom

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Denise Campos da Silva</u> Denise Campo da Silva	38087	<u>Denise Campos</u> Secretaria Adjunta de Assistência Social e Direitos Humanos - PMSPA Mat: 37859/Portaria nº 007
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Diana Alves Leonardo</u> Diana Alves Leonardo	37859	<u>Diana Alves</u> Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos/PMSPA Mat: 37859/Portaria nº 007

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Aline Manhães Rosa</u> Aline Manhães Rosa	42837	<u>Aline Manhães</u> Diretora de Assistência Social e Direitos Humanos - PMSPA Mat: 42837
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Diana Alves Leonardo</u> Diana Alves Leonardo	37859	<u>Diana Alves</u> Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos/PMSPA Mat: 37859/Portaria nº 007

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Pâmela Ramos e Silva</u> Pâmela Ramos e Silva	41404	<u>Pâmela Ramos e Silva</u> ASSESSOR V Mat: 41404
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Diana Alves Leonardo</u> Diana Alves Leonardo	37859	<u>Diana Alves</u> Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos/PMSPA Mat: 37859/Portaria nº 007
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Rosiane de Souza Cunha</u> Rosiane de Souza Cunha	38998	<u>Rosiane</u>
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
<u>Diana Alves Leonardo</u> Diana Alves Leonardo	37859	<u>Diana Alves</u> Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos/PMSPA Mat: 37859/Portaria nº 007